H. G. 6923

13

HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA

SÓCIO EFECTIVO DA ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA

ASPECTOS MORAES DA GUERRA EUROPEIA

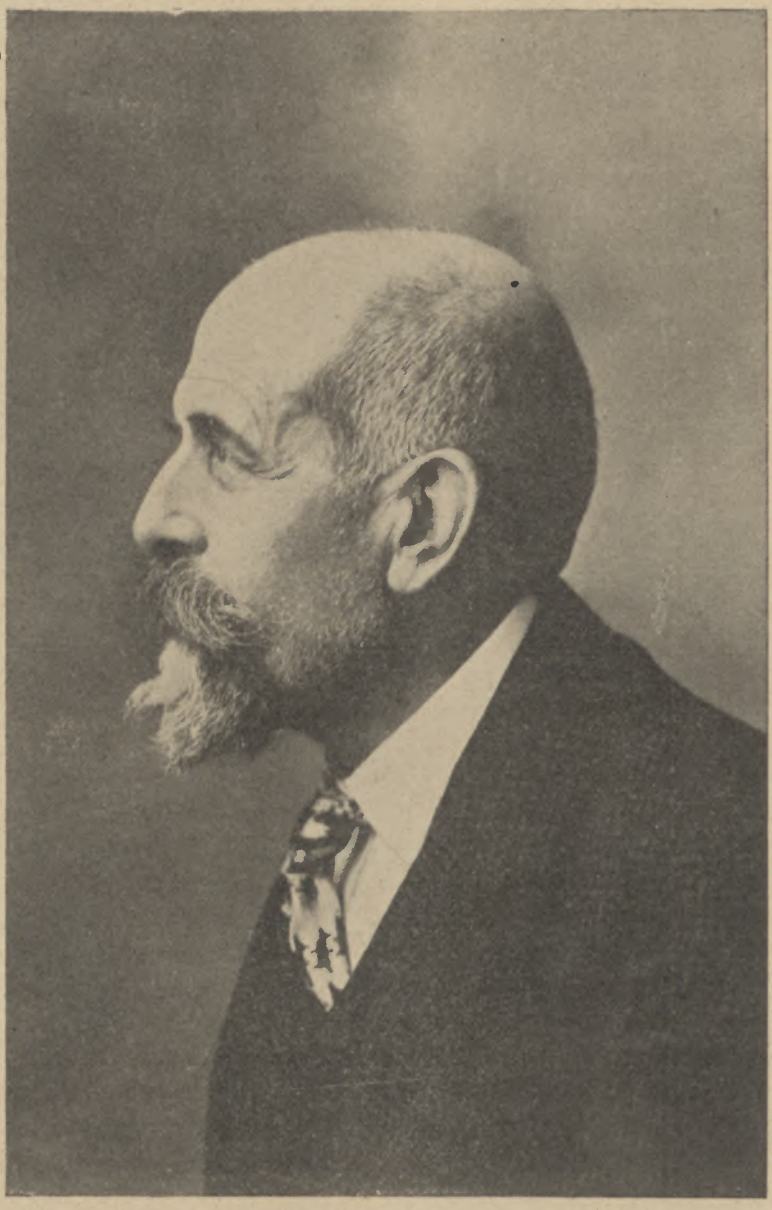
CONFERÊNCIA PROMOVIDA PELO NÚCLEO DE PROPAGANDA "PRÓ-ALIADOS" E REALIZADA NA ACADEMIA DE ESTUDOS LIVRES EM 13 DE MAIO DE 1917

ATLANTIDA

HEBDOMADARIO ARTISTICO LITERARIO E SOCIAL PARA PORTUGAL E BRAZIL

«Comité de Propaganda Aliadófila»

(Academia de Estudos Livres)



19
6923

Henrique Lopes de Mendonça
Sócio efectivo da Academia das Sciências de Lisboa

ASPECTOS MORAIS

DA

GUERRA EUROPEIA

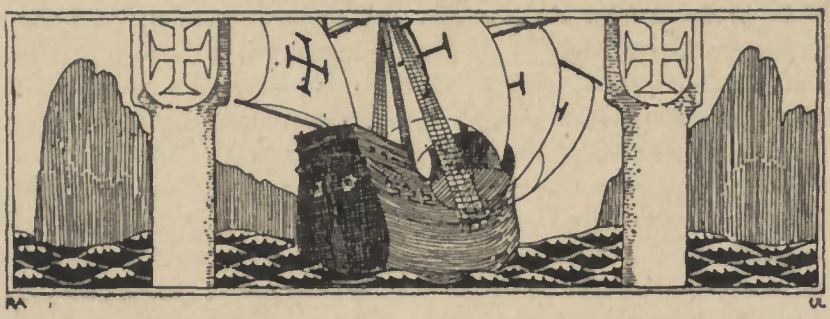
Conferência promovida pelo Núcleo de Propaganda «Pró-Aliados»
e realizada na Academia de Estudos Livres
em 13 de Maio de 1917

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA
P. 69509

Separata do n.º 20
da
ATLANTIDA
MENSARIO ARTISTICO
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL

«Comité de Propaganda Aliadófila»
(Academia de Estudos Livres)
SÉDE—R. da Emenda, 53
LISBOA (Portugal)

IMPRENSA LIBANIO DA SILVA, TRAV. DO FALA-SÓ, 24 — LISBOA



Aspectos morais da guerra europeia

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Apetecer-me-ia, em vez da conferência que me foi amàvelmente pedida, fazer um sermão que tivesse por tema as conhecidas palavras rituais: *In terra pax hominibus!* Paz aos homens na terra, diz o texto, e acrescenta: *bonæ voluntatis*, aos homens de boa vontade. Quer dizer, aos de sentimentos rectos, aos amantes da justiça, aos que não sacrificam aos próprios interêsses a prosperidade da pátria e o bem-estar da humanidade. Os restantes constituem uma minoria ínfima na quantidade, mas poderosa no mundo inteiro pelas faculdades dissolventes de intriga, de tenaz egoísmo, de solidariedade malévola. Dêles me ocuparei talvez mais tarde... Talvez? Vamos a ver se me chega o tempo e se o auditório estará disposto a ouvir-me.

Os primeiros, a grande maioria dos entes escalavrados, empobrecidos, dizimados, arrastados ao luto e à miséria pela guerra mais tremenda que a História tem contemplado, êsses é que me interessam, êsses é que nos interessam a todos. É a sua voz que fala na bôca dos grandes estadistas dos países beligerantes, proclamando as ânsias de paz, mas paz honrosa, paz duradoura, paz que liberte as gerações futuras das angústias e das torturas que o Destino reservou à nossa.

Ia já no pendor do sermão. Arripiemos caminho. Para discursos sacros falta-me, ai de mim! o essencial, que é o que também falece talvez a grande parte do auditório para os escutar: a fé! Há muito que, à míngua dela, se encontra desolado e tenebroso o coração de muitos. Lamento-os, como me lamento a mim próprio. Viver de sonho é ainda a forma mais doce, porventura a única verdadeiramente feliz, de viver na terra. E o sonho do sobrenatural é a suprema esperança, e sem esperança afoga-se em trevas a alma dos homens. Foi por isso que o Dante colocou à entrada do Inferno a legenda fatídica:

Lasciate ogni speranza, ó voi che entrate.

E afinal, com a eternidade do desespêro, não eram precisos outros tormentos para que o inferno fôsse inferno.

Deixemo-nos, porêm, de lástimas estéreis. É possível que a missão filosófica do cristianismo esteja a acabar-se no mundo. Sinceramente, não o desejo. Mas a sua missão social persiste ainda, através de revoluções e de cataclismos. Êle é a fonte de toda a moral, nas nações civilizadas da Europa e da América. E por isso todos nós, devotos, scépticos ou ateus, nos achamos ensopados da sua doutrina, e não podemos conceber, fora da selvajaria, sociedade que não lhe acate os preceitos. Os ideais de justiça, que formam a base de toda a legislação democrática, escorrem do sangue que injustamente foi vertido no Calvário. Os ideais de amor, que nos aquecem as almas, manam da bôca divinizada que disse: Amai-vos uns aos outros. Os ideais de igualdade e fraternidade, nunca atingidos, foram proclamados pela mesma bôca sublime. E singular é que os revolucionários, mais encarniçados em despojar Cristo dos atributos divinos, inscrevam no seu lema de regeneração social, em nome da humanidade, as mesmas palavras que afinal sintetizam a doutrina prègada em nome de Deus.

Portanto, meus senhores, a minha conclusão é esta: seja qual fôr o nosso sentimento com respeito à religião, crentes ou scépticos, místicos ou ateus, no fundo das almas todos somos cristãos. Cristãos sob o ponto de vista moral, cristãos nas nossas relações mútuas, por mínimas que sejam as nossas relações com a divindade. Vinte séculos de cristianismo acumularam na nossa consciência os sedimentos éticos que nenhuma tempestade

varrerá jàmais, sob pena de revertermos ao primitivo estado selvagem. As noções de honra, de dever, de respeito pelos direitos alheios, de caridade para com os miseráveis, de piedade para com os oprimidos, o horror à violência injusta, o ódio da tirania, a abominação da perfídia e do crime, estão inoculados em nossos corações, como cláusulas essenciais, irrefragáveis, imprescindíveis, do nosso viver social. Sem elas, afigura-se-nos que volveríamos aos antros dos trogloditas para conquistar à unhada, à facada, a tiro, o pão que nos matasse a fome.

Sem dúvida, a sementeira evangélica não debelou a maldade na terra. Mas amenizou na fera humana os instintos de rapina, que são origem mais ou menos ostensiva de todas as conflagrações sociais. A própria guerra, fatalidade orgânica das sociedades, tornou-se menos atroz desde que a palavra de Jesus ungiu as almas dos guerreiros. Nesse longo período de dez séculos, convulso e confuso, que se chamou a Idade Média, quando o barbarismo nórdico veio deter, inundando as terras de sol, a marcha da civilização greco-romana, uma luz de esperança bruxuleava nos ergástulos dos cativos, um vislumbre de piedade reverberava na espada dos invasores; e sobretudo, a lialdade, o ponto de honra, o apêgo à palavra dada, o respeito pela vida dos inocentes e dos desarmados, a defesa dos iníquamente perseguidos, todas as noções de justiça e dignidade, que o direito romano balbuciara e que os apóstolos de Cristo haviam conclamado, iam-se recopilando num código, tácitamente aceito por todos os povos civilizados, ainda mesmo aqueles, como os maometanos, que se achavam fora do grémio da Igreja. Era o código de cavalaria, que durante séculos foi salvaguarda de milhões de opressos, refúgio dos fracos, broquel contra as prepotências dos fortes, alívio contra as violências da ferocidade armada em guerra.

Não quero dizer com isto, seria até demência afirmar, que a fôrça bruta não levasse de vencida, vezes sem conto, os ditames da razão e do direito, que ela não fôsse o supremo argumento das ambições insofridas. Mas é certo que ela própria prestava homenagem à justiça, cobrindo de pretextos morais, mais ou menos especiosos, as suas nefastas tropelias. Foi em nome da fé católica que os conquistadores de Espanha chacinaram os índios da América e os seus reis ensangüentaram a Flandres. Foi sob color de debelar o despotismo na Europa que Napoleão I quis à fôrça das armas fincar na Europa o seu despotismo. E as ambi-

ções, que se degladiaram nas várias guerras de sucessão, invocavam sempre a defesa do direito divino, universalmente acatado como fonte do poder monárquico.

Quero dizer: a avidez ou a maldade revestiam-se sempre de um ideal consagrado, e nunca, pelo menos nas eras modernas, até hoje ousaram afrontar a consciência humana com a cínica ostentação dos seus propósitos.

Até hoje, disse. Até ontem, diria melhor. Foi ontem, com efeito, isto é, há cêrca de três anos, em pleno meio dia de civilização, que uma nação da Europa esbofeteou o mundo culto, proclamando pela redondeza do globo a supremacia da fôrça sôbre o direito como dogma da sua cultura moral. Foi ontem que, pela bôca do chefe do seu govêrno, essa nação cuspiu na honra, na lialdade, na fé jurada, estas palavras de ignomínia: Os tratados são farrapos de papel! Foi ontem, ó vergonha da civilização! que as mais admiráveis conquistas da sciência moderna, cautelosamente aproveitadas em quarenta anos de preparação metódica, se puseram em jôgo para esmagar os fracos, para surpreender os desprevenidos, para recalcar com a mole bruta dos exércitos as mais generosas aspirações da alma humana, para estabelecer no mundo inteiro, segundo a impenitente confissão dos seus guerreiros e dos seus filósofos, o domínio férreo da Alemanha.

A história repete-se. Vai para quinze séculos, Átila, o rei dos hunos, devastava a Europa inteira e proclamava que a erva não tornaria a crescer por onde passassem as patas do seu cavalo. Assim também o orgulho germânico se jactava de que, nas terras acabrunhadas ao pêso dos seus canhões, não renasceria jàmais a liberdade dos povos. A noite espêssa avançava com Átila sôbre o mundo antigo... Coincidência fatídica! Foi nas margens do Marne, nos campos cataláunicos, que, desbaratadas as hostes dos hunos, se rasgaram as trevas temerosas; foi na batalha do Marne que luziu aos nossos olhos a primeira esperança da vitória. Confiemos, senhores. Os modernos hunos hão-de baquear também.

***

Hão-de baquear, se nós quisermos. Urge que fortaleçamos a nossa vontade, não sómente contra as vicissitudes transitórias da guerra, mas, atentem bem nisto! contra as influências persis-

tentes na paz. Sim! há quási meio século que essas influências, lentamente infiltradas, ameaçam perverter o nosso pensamento e depravar a nossa consciência, como conseguiram fazê-lo dentro das fronteiras germânicas. Porque a presente guerra é a explosão de fôrças deletérias que, minando a Alemanha, a revertiam aos primitivos estádios de civilização moral; tentando estabelecer a hegemonia teutónica no globo, abalavam os alicerces em que assentam as sociedades humanas, tornavam a vida social um conflito feroz de egoísmos, em revolta perene contra o egoísmo preponderante.

A Alemanha de que falo, note-se bem, não é a Alemanha que se impôs à admiração dos pensadores, dos filósofos, dos artistas. Não é a Alemanha que pelas mãos de Lutero quebrou os grilhões da intolerância religiosa, que iluminou o pensamento humano com o farol brilhantíssimo de Kant, que no génio sublime de Goethe irradiou clarões renovadores sôbre a literatura universal, que com Beethoven e Wagner trouxe novos encantamentos à arte divina. Não! Essa Alemanha, prestigiosa e grande, subverteu-se desde que o mais improgressivo dos seus povos, aquele que hoje representa as energias truculentas do barbarismo, rodou sôbre ela as viaturas dos seus colossos de aço. O povo alemão é hoje vítima, embora obcecada e inconsciente, do militarismo prussiano. Auxiliados por uma tenaz inteligência maléfica, os gérmens de peçonha, desde o século XVIII propinados pela rude mão de Frederico o Grande, foram-se coando no organismo da Alemanha, e intensamente lavraram, sobretudo desde que a guerra de 1871 colocou na cabeça do rei da Prússia a corôa imperial. De então por diante, a peste transpôs as fronteiras, e todo o mundo começou a contaminar-se. Hoje, e só hoje, é que alvorece a consciência dessa infernal perversão dos espíritos, aceita até agora pelo snobismo universal como se fôra uma transformação salutar.

Sim! Um grande número de contemporâneos, e dos mais abalizados, leram com ânsia, assimilaram com delícia, a doutrina, expressa por Nietzsche, de que às organizações privilegiadas por um excesso de energia, os que êle alcunhava de super-homens, devia submeter-se a humanidade inteira. Só nêles residia o direito, porque só nêles residia a fôrça. E esta doutrina abominável, baseada numa sofismação de princípios scientíficos, negação de toda a moral e de toda a justiça, consagração da violência e da rapina, era acolhida sem protesto, até com simpatia, por

espíritos que no cristianismo teem as raízes do seu sentimento e no respeito da dignidade humana a mola reguladora dos seus actos sociais.

Mas se o escalracho alastrou para fóra das fronteiras germânicas, que admira que exuberasse lá dentro, onde carinhosamente lhe preparavam ambiente propício? O estado aproveitou com rara astúcia, se é que não favoreceu, os desvarios do génio para por êles moldar a mentalidade alemã. À monstruosa doutrina de Nietszche deu-se práticamente uma interpretação colectiva. O super-homem alargou-se para a supernacionalidade. O professor e o soldado colaboraram eficazmente com o filósofo na obra de perversão moral. Insinuou-se na consciência germânica a convicção mística de que o povo alemão era o povo eleito por Deus para pastorear o rebanho humano. Insuflou-se na alma germânica o orgulho da supremacia moral e intelectual, que lhe conferia o domínio sôbre todas as raças do universo. Foi uma crise temerosa de megalomania colectiva, que a iminência de uma derrota ainda não curou, que vitórias parciais alimentam ainda. Abundam as provas, que a escassez do tempo e o carácter desta palestra me inibem de apresentar. Baste-me mencionar, como síntese recente desta louca arrogância, as palavras que no verão passado apareciam subscritas pelo Professor von Stengel, da Universidade de Munich: — «Toda a guerra até hoje», escrevia a sua pena de ferro, «tem mostrado que a Alemanha foi eleita pela Providência para guiar todos os outros povos. Marcharemos à testa dêles, e conduzi-los-hemos a uma paz permanente. Para essa missão temos nós a fôrça, e também todos os dons do espírito, e somos nós a corôa de toda a civilização... O mundo inteiro, e especialmente as nações neutrais, tem apenas um meio de proveitosa existência. É submeter-se à nossa direcção, que é superior a todas as outras sob qualquer ponto de vista. Não existe povo que nos exceda nos mais amplos ou altos ideais e sentimentos, e sob o nosso domínio nenhum dêles precisará debater-se em defesa dos seus direitos».

Note-se bem: estas palavras foram escritas a frio, dentro de uma universidade alemã, por uma criatura cujo cérebro se atulhara de sciência, e num momento em que, após dois anos de guerra, a pressão dos aliados começava a fazer-se sentir bem cruelmente dentro da Alemanha. São bem patentes neste documento as ambições de domínio universal, as ameaças que nem

sequer poupavam as nações neutrais, a perspectiva de um futuro tenebroso para a humanidade, calcada pelas botifarras ferradas do teutão.

E não há-de a consciência universal, a consciência do mundo culto, quer a ilumine Cristo ou Maomet ou Buda ou a Deusa da Razão, revoltar-se contra esta formidável hipertrofia do egoísmo nacional? Com sinceridade o confesso: o que mais espanta no meio da conflagração tremenda, o que manifesta, correspondendo à epidemia de loucura na Alemanha, a cegueira fatal do mundo, é ter a Alemanha aliados e haver no mundo neutrais. Quando com tal desplante um povo inteiro aberra do rudimentar senso moral, alardeando a fôrça bruta como a única sanção do seu desmedido orgulho, estamos em presença de uma alcateia de lôbos enraivados, que urge acossar com todas as fôrças policiadas, se não quisermos todos, todos, a humanidade em pêso, ser despedaçados pelos colmilhos mortíferos!

***

Acossá-los, sim! Destruí-los, não! Nem isso é prático, nem humanitário, nem sequer benéfico. A Alemanha reconstituída, desafogada do militarismo prussiano, entregue à sua obra fecunda de paz e de sciência, livre do pesadelo horrível que só lhe concitou ódios, desanuviada dos fumos alucinantes da vanglória, olhos fitos no ideal supremo da liberdade, mãos robustas empunhando os instrumentos de trabalho honesto, cérebro potente a desentranhar-se em inventos, é uma alavanca poderosa, inestimável, para o progresso humano. Durante largos anos de prosperidade aparente, emquanto o vírus latente lhe minava o organismo, ela mostrou ao mundo a grandeza do seu engenho, a pertinácia do seu labor, a excelência da sua indústria. Ela contribuíu largamente para o confôrto material dos homens, para tornar a vida mais suave e festiva, para dar aos pobres um pouco do luxo que era apanágio dos ricos. Talvez para isso o desgraçado povo sacrificasse inconscientemente os seus velhos ideais de dignidade e queimasse nas aras do despotismo férreo os derradeiros resquícios da sua altivez democrática. Mas o preço que nos exigiu era desproporcionado aos seus serviços, por grandes que fôssem. Era a escravidão ignóbil, era a transformação dos homens livres num bando de grilhetas, empregados na faina perma-

nente de abarrotar os seus cofres. De tal aspiração, os primeiros rebates da fome deviam ter começado a fazer-lhe sentir a insensatez.

Que pena que só tão cruel expediente restasse para lhe abrir os olhos, a êsse desatinado povo, progenitor de heróis e de génios! Mas, se tanto se conseguir, êle poderá dizer mais tarde, quando voltar à plenitude da razão, que o derrotado não foi êle, mas dentro dêle a fôrça ancestral que o avassalava, a energia atávica do barbarismo que irrompeu através dos nobres sedimentos, depostos por minguados séculos de civilização. E extinta esta irrupção formidável, libertado finalmente pelas mãos que o guerreiam, depurar-se-há de fermentos malignos a cultura de que êle se vangloria, a qual só é verdadeiramente fecunda quando lhe bate em cheio a chama do sol latino.

Há meio século que, tapado pelo manto do orgulho, o génio germânico se quer subtrair a essa luz vivificante. O resultado é o que se está vendo. Entregue exclusivamente a si, êle vai resvalando por transições insensíveis no pendor da barbárie. Alimentados pela inegável energia intrínseca, os seus produtos são colossais, mas monstruosos, pujantes, mas aberrantes. Uma filosofia depravada, uma arte brutesca. Só na sciência aplicada, servido por um espírito admirávelmente metódico, só na parte utilitária da civilização, mercê de uma tenacidade assombrosa, o génio alemão tem, durante êsse período, alcançado direitos indiscutíveis à gratidão dos homens.

Mas é certo que a mesma grandeza selvática das suas concepções os tem ofuscado. Já me referi de passagem à influência nefasta da filosofia germânica. Essa influência não se tem limitado ao âmbito restrito dos pensadores, os únicos que profissionalmente possuem cérebros acomodados à laboriosa digestão de iguarias metafísicas. Por lamentável que fôsse, ainda não seria de todo mau que, sequestrados num lazareto, êles houvessem evitado à sociedade o contágio funesto. Mas em redor dos pensadores há a multidão irrequieta, petulante, tagarela, insinuante, dos snobs; e são êles os transmissores e os propagadores do vírus. Filtrados através dessa camada, os princípios filosóficos alteram-se ou refinam-se, cristalizam em aforismos dogmáticos, transformam-se em emanações subtis que se espalham por todo o corpo social. Muitas vezes, até os mais benéficos atingem, pela concentração excessiva, um poder nocivo. O que

fará quando, como no caso presente, êles são dissolventes por natureza!

O terrível princípio da supremacia da fôrça sôbre o direito, erecto em corpo de doutrina moral, inspirador da filosofia nietzschiana, veio assim acordar na alma dos homens os instintos ferinos solapados. O recurso à violência, a intolerância dos dominantes, a rebeldia dos dominados, a exacerbação das paixões egoístas, a intransigência dos interêsses em conflito, vieram a ser as conseqüências fatais e remotas, às quais inconscientemente nos havemos submetido. Inquinados estão ainda muitos dos espíritos que actualmente mais adversos se mostram ao germanismo. Por toda a parte, as tendências idealistas são abocanhadas, os princípios humanitários ridicularizados, o desinterêsse escarnecido, a luta pela vida aclamada. Os velhos ideais românticos são enfeixados sob a etiqueta desprezativa de sentimentalismo. E êste desdêm, que na alma individual põe à sôlta as ruins paixões, reflecte-se naturalmente na vida internacional. Entre particulares e entre nações, entende-se que o interêsse material deve ser móvel exclusivo de todos os actos. As fórmulas do direito passaram a ser uma revestidura irrisória das reclamações dos fracos, a qual os fortes rasgam ou amoldam a seu belprazer. E a maioria dos ânimos, imbuídos dêste ensinamento sinistro, não percebem, na sua impulsiva indignação, que a síntese dêle se encontra na velha máxima jesuítica, perfilhada pelo chanceler da Alemanha: «O fim justifica os meios.»

Singular cousa! Foi a alma germânica, dada a amplificações, como todas as raças vizinhas da infância, que em tempos exagerou o idealismo romântico, logo nos seus inícios. Sabido é como Werther, criação juvenil do génio de Goethe, não encontra outro expediente para despejar do crânio uma paixão pecaminosa senão abri-lo com um tiro de pistola. A voga alcançada por êste romance foi tão extraordinária na Alemanha que a todos os cantos surgiram imitadores do herói. Uma epidemia de suicídios passionais lavrou intensamente. Foi o próprio Goethe quem se apressou a atalhá-la, publicando outro livro, *Mania do sentimentalismo,* em que causticava o mal que provocara.

Pois agora, à distância de século e meio, a torrente materialista da Alemanha, redundando na autolatria, não subverte apenas o sentimentalismo exagerado e piegas dos ultra-românticos. Desfolha, emmurchece, destrói a flor do sentimento, a única que

dá perfume à alma humana, a única que verdadeiramente a subtrai ao influxo corrosivo das paixões egoístas, a única que pode afastá-la da selvajaria e do crime. E não há esperança que, desta vez, os causadores do flagelo lhe busquem penitentes o remédio.

Vejam bem, senhores, que futuro de trevas se antolhava para a humanidade, se acaso não se opusessem diques a essa torrente devastadora, se, mesmo depois de contida, ainda ficassem no mundo os gérmens arrastados pela aluvião.

Mas, segundo o velho prolóquio do poeta romano, *quos Deus vult perdere, prius dementat*: Deus tira primeiro o juízo àqueles a quem quer perder. Foi assim que a Alemanha, materialmente próspera, utilitáriamente engrandecida, se deixou alucinar até ao ponto de tentar um golpe decisivo e gigantesco para satisfação da sua monstruosa mègalomania. Foi prematuro êsse golpe. O mundo ainda não estava corrompido pela sua acção deletéria. Era ainda uma minoria de insensatos que, pela ânsia mórbida do novo e do extravagante, pela deplorável obcecação das paixões políticas, acaso por mesquinhos interêsses, acolhiam com boa sombra o advento do funesto porvir. O resto, os bem intencionados, aqueles a quem o vírus não contaminara de todo, abriram os olhos perante a ameaça, que se denunciava no esmagamento de populações inocentes, na destruição vandálica de monumentos venerandos, no terror arvorado em sistema de guerra, na rapina sem escrúpulos, na matança sem piedade, na ferocidade sem limites. Armaram-se, para combater os bárbaros, as nações tomadas de surprêsa. Viram-se emergir dos mares, clamando justiça, as mãos agónicas dos assassinados do *Lusitânia*. Encheu os ares a grita dos famintos, dos deportados, dos fuzilados, da Bélgica, da França, da Sérvia. Caíu em todos os corações honestos uma gota do sangue heróico de Miss Cavell, como se fôsse uma punção de fogo que os estimulasse para o desagravo.

Mas eu escuso de recapitular a formidável tragédia que há quási três anos ensangùenta o mundo. Como não tenho pretensões a político, é pelo seu aspecto moral que eu justifico a legitimidade, direi mais, o dever da resistência a todo o transe contra as arrogantes ambições da Alemanha, contra a fatal corrução que dimana da sua hegemonia, contra as infâmias com que ela tem conspurcado a história.

A consciência moral revoltou-se por fim, por uma forma re-

tumbante. Não há mais eloqüente condenação da política mundial, representada pelos impérios centrais, do que a célebre mensagem do Presidente Wilson ao senado americano. E cego é quem não vir nesse documento a síntese dos clamores da justiça em favor da liberdade dos povos, que um pontapé prussiano quer atirar ao abismo.

***

Eu não ignoro, senhores, que o documento, a que venho de aludir, tem excitado controvérsias entre os próprios aliados. Mas eu, respeitando embora todas as opiniões sinceras, colhendo delas os elementos para formar a minha, tenho o séstro de pensar, bem ou mal, pelo meu cérebro, e não pelo cérebro alheio. Adoptei por lema o verso de Musset:

Mon verre n'est pas grand, mais je bois dans mon verre.

Por isso, vou mostrar-lhes, em breves palavras, o licor que tenho hoje no meu copo, licor que poderá ser diferente àmanhã, se contraditas autorizadas mo turvarem ou melhorarem. Porque, das poucas qualidades em que julgo fazer excepção ao carácter nacional é não ser teimoso nem intransigente, prendas estas que se me afiguram demasiado germânicas para que não tentemos expurgar delas a nossa psicologia.

Não há hoje no globo inteiro ninguêm de boa fé, que não esteja postado à janela, a espreitar com ansiedade a chegada da pomba branca, com o ramo simbólico no bico. Mas é preciso que os nossos olhos não se enganem. Não venham as penas pintadas de alvaiade, a disfarçar a côr de sangue, não seja o ramo de carrasqueiro, a simular oliveira. Ora, precisamente, é esta burla de temer, se acaso a pombinha provier dos pombais do Kaiser. Nestes se chocam todas as perfídias e mentiras que, de há meio século a esta parte, tem revoado pelos horizontes políticos da Europa. Sabe-se hoje como a falsificação do célebre telegrama de Ems deu origem à guerra franco-prussiana de 1870. Vimos agora como a Alemanha rasgou o tratado que lhe impunha o respeito pela neutralidade da Bélgica, as convenções da Haia que restringiam ou atenuavam as crueldades da guerra, e induziu a Grécia a atraiçoar a Sérvia, sua aliada. Esperar, pois, que ela honre a sua assinatura num tratado de paz, emquanto não se lhe quebrarem nas mãos os instrumentos que podem levá-la à satis-

fação das suas desassombradas ambições, é loucura semelhante à de um homem ingénuo que confiasse a sua fortuna e a sua vida à palavra de um bandido armado. Compreende-se pois que, por maior que seja o seu desejo de paz, as nações aliadas se recusassem a tratá-la com um inimigo fementido que lha oferecia, ao mesmo tempo que se orgulhava de vitorioso, sobretudo no momento em que os recursos delas, tardiamente coligidos, lhes davam esperança de o manietar em breve. Um pacto concluído em tais condições não passaria de uma simples trégua, permitindo ao inimigo refazer-se e preparar-se para nova e mais terrível investida. Corresponderia à ânsia egoísta de protelarmos o pagamento de uma dívida, para a deixarmos, sobrecarregada de juros acumulados, acabrunhando os nossos herdeiros.

Foi por isso que à humanitária intervenção de Wilson os aliados responderam com a franca exposição das suas aspirações. Idêntica franqueza não podiam ter os impérios centrais. A franqueza arrogante e cínica só a usam êles nos momentos em que se julgam seguros da vitória. Nos transes de incerteza procuram esconder as garras. Ai de quem se fiar na pata de veludo!

O Presidente da grande República de Além do Atlântico não esmoreceu contudo. Sereno e pertinaz, esperou, para chegar a uma acção decisiva, que na consciência honrada dos americanos penetrassem fundo os ideais de justiça contidos na sua nobre mensagem. Os políticos práticos desdenhá-la-hão porventura como um documento de platónico idealismo. Eu porêm, na minha qualidade de idealista refractário, saúdo-a como o mais admirável manifesto de direito internacional, até hoje proclamado por um chefe de Estado. Saúdo-a por ser, conforme as suas próprias palavras, a voz da «massa silenciosa da humanidade, que ainda não tivera lugar ou ensejo de manifestar o que lhe vai no coração com respeito à morte e à ruína que atingem as pessoas e os lares que lhe são mais queridos.» Saúdo-a por traduzir as mais generosas aspirações que com respeito à liberdade dos povos podem caber na mente de um estadista. Saúdo-a como a condenação soleníssima do despotismo que, sob a máscara do equilíbrio político, espezinha nacionalidades inteiras.

Seria fastidioso analisar longamente êsse belo documento, que há-de ficar na história como um dos mais luzentes brasões de glória para a grande nação que o concebeu. Limito-me a apontar os seus tópicos essenciais: a paz sem vitória, que não

seja fermento de ódios persistentes; o direito dos povos a agruparem-se sob governos que correspondam plenamente aos seus ideais; a igualdade das nações perante a lei comum, sem distinções capciosas de grandes e pequenas potências; a organização de uma fôrça internacional tão poderosa que se impusesse a qualquer coligação perturbadora da paz universal; a liberdade dos mares; o seu acesso garantido à expansão legítima de todos os povos; a limitação dos armamentos; a livre acção de todos os povos na orientação da sua política, desafogados de ameaças e prepotências.

Quem, de boa fé, negará o seu aplauso entusiástico a êste programa de confraternização mundial? Poderá nêle existir muito de irrealizável, pelo menos em eras próximas. Mas, mesmo neste mundo de ambições e misérias, os gérmens que caírem não serão estéreis. Seria preciso decerto, para que êles desde já abrolhassem, que as chamadas grandes potências, de ambas as facções beligerantes, se resignassem a imediatos sacrifícios e a mútuas transigências. Todavia, um rápido volver de olhos pelo mapa da Europa nos indica que as reivindicações seriam principalmente sensíveis para os nossos inimigos. A Alsácia-Lorena, que em quarenta e tantos anos o militarismo alemão não logrou germanizar, voltaria ao seio carinhoso da França. Formar-se-ia uma Polónia livre dos troços palpitantes que reteem a Rússia, a Prússia e a Áustria. Os tcheques reclamariam a restauração do velho reino da Boémia. As populações eslavas, italianas, croatas, esclavónicas, amalgamadas no embrèchado que responde ao pomposo nome de Império Apostólico, acolher-se-iam aos respectivos apriscos. E assim se escangalharia essa pintalgada boceta de Pândora, da qual todos os séculos surdem, para desatinar a humanidade, os gases mefíticos da guerra.

Já vêem pois, meus senhores, que a mensagem do presidente Wilson, quando transformada em instrumento diplomático, seria mal-avinda, sobretudo, para essa anacrónica fúria de despotismo que estrebuxa terrívelmente na Europa Central. Nós, porêm, que prezamos acima de tudo a justiça e a liberdade, não podemos deixar de a acolher como base de um futuro e almejado código, universalmente aceito pelos povos civilizados, pelo qual se regulem as relações internacionais. Saùdêmo-lo como o despontar de uma aurora fagueira, através dos nimbos pesados que sôbre nós despejam a sua fúria. Bemvindas as nossas angústias, bem pa-

rados os nossos sacrifícios, se nossos filhos e nossos netos se aquecerem ao sol esplêndido que o ténue dilúculo já promete!

*
* *

Mas para que sem relutância aceitemos êsses sacrifícios, urge que êles sejam equitativamente distribuídos. E isso me conduz ao tópico que parece ter esquecido a Wilson. Assim saldarei a promessa feita no começo da minha palestra. Como, porêm, o assunto é melindroso e eu sou talvez o primeiro a atacá-lo, recorro a uma parábola mitológica que será entendida por quem possa ou queira entendê-la.

O Olimpo dos gregos e dos romanos é repositório inesgotável de símbolos. Daí vou sacar os que me servem.

Primeiramente, apresento-lhes Marte, o deus da guerra, divindade estúpida, cuja fôrça seria impotente se acaso lhe não acudisse Minerva, a deusa da sabedoria. Foi ela quem lhe adestrou os músculos e lhe aperfeiçoou as armas. Aqui o temos destemido e aprestado para a luta, mas tão boçal que se deixa apanhar numa rede pelo ciumento Vulcano, no momento de lhe roubar as carícias conjugais da loura e formosa Vénus. Tão bruto que não se lhe depara a causa em favor da qual há-de empregar a sua fôrça indomável. É então que lhe surde o astuto Mercúrio... conhecem? aquele cavalheiro de asas nos calcanhares e no capacete, que empunha um bordão também alado, onde se enroscam duas serpentes e que dá pelo nome de caduceu. Se não o teem visto, devem tê-lo sentido esvoaçar nos lugares dos mercados, nos balcões das lojas, nos *guichets* dos bancos, nos escritórios de comércio... Pois é êsse mesmo!

O amável Mercúrio, insinuante e solícito, segredou cousas na orelha asinina de Marte. E tais foram elas que o brutamontes se pôs imediatamente ao seu serviço. E de então para cá, Marte anda pelo mundo, ajudado por Minerva que inspira todos os inventores de cousas daninhas, desde o monge Schwartz que descobriu a pólvora até ao industrial Krupp que fabrica o canhão de 42, e atrelado a Mercúrio que lhe mexe os cordelinhos. Assim, por detrás dêsse pavoroso autómato, valendo-se dos terrores que êle inspira, agitando-lhe a seu talante os braços, movendo-lhe as pernas, franzindo-lhe o sobrecenho, brandindo-lhe a espada, coando-lhe farroncas pela bocarra e lume pelos olhos, Mercúrio

vai regendo o mundo. É êle quem dirige a pena dos diplomatas e se instala na cabeça dos estadistas. Os governos, autocráticos, parlamentares ou democráticos, batem cabeça diante do omnipotente caduceu. Com a alavanca dos monopólios e sindicatos, o matreiro deus tem conseguido esticar a célebre lei económica da oferta e da procura, ao ponto de esganar com ela nove décimas partes do género humano. Os seus sacerdotes máximos, jogando com os ciúmes nacionalistas, entendem-se de um extremo ao outro do globo, de Hamburgo para Nova York, de Londres para Tóquio, de Paris para Melbourne, de Viena de Áustria para Pequim, atentos a manterem a paz ou a desencadearem a guerra, consoante os interêsses do culto. Se rebenta a conflagração, o sangue serve para dar maior brilho às douraduras do caduceu, as labaredas para fundirem o metal que o há-de melhorar.

Quero crer que Mercúrio, apesar de toda a sua astúcia, algumas vezes se engane e não meça bem as conseqüências do lance, por êle arriscado no grande taboleiro de xadrez com os trebelhos que são os potentados do mundo. Mas êle nunca perde. Tem sempre maneira de transformar as desgraças alheias em prosperidade sua. Cada estômago faminto representa mais umas pepitas de ouro que êle recolheu com avidez. Cada luto, mais uns metros de crepe que êle fornece a bom preço. Cada tiro de canhão, mais umas arrôbas de aço que êle traduziu em libras sonantes. E por esta forma tem a manha de se resarcir copiosamente, exuberantemente, superlativamente, de todos os sacrifícios a que finge resignar-se, por amor de pátrias que desconhece, por dedicação a ideais que para êle não passam de rótulos vazios.

Ah! bom Mercúrio! honesto Mercúrio! scintilante Mercúrio! Visto ser fôrça que governes o mundo, quando alcançarás ao menos uma consciência que te sirva de bússola?

***

Faltou a Wilson referir-se a êste, porventura o mais poderoso gerador das guerras. Não admira! Não seria chefe de Estado, se não tivesse de antemão prestado menagem ao divino caduceu. Mas emfim, o que parece averiguar-se, pela atitude resoluta que Wilson acaba de assumir, é que os desejos de Mercúrio se conjugam desta feita com os dos homens de boa von-

tade. A paz é a aspiração universal. Mas, entre o bem e o mal, não pode existir paz emquanto o mal não se submeta, emquanto não se destruam os fermentos nocivos. E, quaisquer que sejam os sofismas engendrados pela Alemanha e acolhidos no mundo por malévolos e cegos, é indubitável que os inimigos dela são os aliados do bem.

É por isso, senhores, que eu me dispenso de apelar para os interêsses materiais ou para argumentos de politica, quando justifico a intervenção armada do mundo civilizado contra o poderoso império que intenta retrotraí-lo à barbárie. É em nome de todos os princípios morais esbofeteados e espezinhados, da cultura evangélica que tem amansado a fera humana, da justiça prègada na cruz e reivindicada nas fogueiras do Santo Ofício e nos cadafalsos da Revolução, da consciência afrontada pelas infâmias do militarismo despótico, do direito conspurcado pelos escarros da bôca teutónica, que eu qualifico de sagrada esta guerra. E para sancionar o movimento solidário de todos os povos contra as ambições da Alemanha, não me ocorre invocar mais adequado texto do que aquele que me fornece um grande alemão. São palavras de Schiller as que vou citar: «Que nenhum país livre seja estranho à liberdade de outro país!»

Certamente que, há mais de um século, quando Schiller punha estas nobres palavras na bôca de uma personagem do seu teatro, êle não previa que a sua pátria se arvoraria em sistemática perseguidora da liberdade dos povos. O seu generoso espírito não sonhava que o senso moral dos seus compatriotas se perverteria a ponto de prègar a fôrça como única fonte do direito, a violência contra os fracos como um dever dos fortes, a espionagem como base de educação cívica, o saque e o extermínio como meios legítimos de grangear riqueza, a grilheta imposta aos homens para benefício e debaixo do açoite dos super homens, a vida humana como uma concessão benévola do Kaiser. A alma religiosa de Schiller não podia calcular que a velha divindade nórdica, Thor, o senhor da guerra, se encarnaria nesse arrogante potentado, proclamando aos quatro ventos a supremacia do terror e a inanidade de toda a moral cristã.

Mas hoje, como réplica a essa execranda doutrina, é o aforismo humanitário do grande dramaturgo que pode inscrever-se na bandeira comum dos aliados: «Que nenhum país livre seja estranho à liberdade de outro país!»

Portugal vai afirmar solenemente nos campos de batalha a sua adesão a êste preceito, saído de uma bôca germânica. Em defesa dêle, os portugueses combaterão ao lado dos ingleses, que combateram em Aljubarrota, ao lado dos franceses, que pelejaram em Montes Claros. Se fôsse mister apelar para motivo menos desinteressado do que o nobre ideal proclamado por Schiller, aí tinhamos êsse: o pagamento de uma dívida antiga, a que a nossa honradez não se exime. Vamos defender territórios daqueles que já defenderam o nosso, vamos manter a independência de nações que contribuíram para que a nossa independência não sossobrasse.

Mas o objectivo é mais alto, repito. Bem se aclarou nos últimos meses, com a revolução da Rússia, com a participação dos Estados Unidos da América, com a solidariedade mais ou menos efectiva de todas as democracias. É a luta pelo direito dos povos, pela liberdade, pela civilização, contra as fôrças obscuras do despotismo e da barbárie. Portugal atraiçoaria a sua missão histórica se cruzasse os braços que descobriram mundos. Quando deu aos homens a Terra, não foi para a povoar de escravos. A esteira das naus portuguesas cinge o globo como um diadema de estrêlas, não o estrangula como um grilhão de trevas.

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA